



776

Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. José Fernandes de Lemos

---

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 323353-0

AGRAVANTE: BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE S/A

AGRAVADA: SHOPPING CENTER CARUARU LTDA (W.A CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA LTDA)

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

5ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS. RECURSO IMPROVIDO.

1. A agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.

2. Segundo entendimento unânime neste Superior Tribunal de Justiça, cabe à parte agravante juntar aos autos de agravo de instrumento a integralidade das peças obrigatórias, previstas no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, bem como daquelas que são essenciais ao deslinde da controvérsia, sob pena de não conhecimento do recurso.

3. In casu, a agravante não trouxe aos autos cópia da decisão agravada. Juntada aos autos decisão estranha ao processo (fl.19). Considera-se, portanto, incompleta a petição do agravo de instrumento.

**ACÓRDÃO**

---

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos  
Relator



777

Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. José Fernandes de Lemos

---

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 323353-0  
AGRAVANTE: BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE S/A  
AGRAVADA: SHOPPING CENTER CARUARU LTDA (W.A CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA LTDA)  
RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS  
5ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto pelo BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE S/A contra decisão monocrática desta relatoria que NEGOU SEGUIMENTO ao Agravo de Instrumento nº 323353-0, por manifesta inadmissibilidade, vez que o agravante não juntou aos autos a decisão agravada (fls. 755/757).

Nas suas razões recursais (fls. 762/769), a agravante reconhece que de fato juntou decisão diferente a que pretendia impugnar aos autos à fl. 19, porém, afirma que a decisão a qual se insurgia está descrita na certidão de intimação juntada à fl. 21, como também se encontra anexa ao processo à fl. 732. Aduz que o não conhecimento do agravo é um excesso de formalismo, já que o erro desta poderia ser suprido pelas peças acima citadas, anexas aos autos.

É o relatório.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos  
Relator





Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. José Fernandes de Lemos

---

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 323353-0  
AGRAVANTE: BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE S/A  
AGRAVADA: SHOPPING CENTER CARUARU LTDA (W.A CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA LTDA)  
RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS  
5ª CÂMARA CÍVEL

VOTO

Des. José Fernandes de Lemos (Relator): Cuida-se de Recurso de Agravo interposto pelo BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE S/A contra decisão monocrática desta relatoria que NEGOU SEGUIMENTO ao Agravo de Instrumento nº 323353-0, por manifesta inadmissibilidade, vez que o agravante não juntou aos autos a decisão agravada (fls. 755/757).

Passo a analisar o mérito do Agravo Legal, o que faço, por meio de decisão monocrática, lançada aos autos nestes termos:

*"(...)De plano, verifico que o presente Agravo de Instrumento não veio instruído com a cópia da decisão agravada, nos termos do art. 525, I, do Código de Processo Civil. Neste ponto, esclareço que a decisão juntada às fls. 19 é referente ao processo nº 14847-23.2013.17.0480 - Ação de Obrigação de Fazer - e não a decisão proferida na Ação Renovatória de Aluguel, que se pretende discutir no presente Agravo de Instrumento. Com efeito, a cópia da decisão agravada é imprescindível para o deslinde da demanda, pois, da análise da fundamentação utilizada pelo Juiz da causa, é que se pode verificar o equívoco no seu entendimento a merecer reforma. Daí decorre a obrigatoriedade da juntada desse documento.*

*Colho jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:*

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. CÓPIA INTEGRAL. AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS. RECURSO IMPROVIDO. 1. A agravante não trouxe argumentos novos capazes de*

779



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. José Fernandes de Lemos

---

*infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Segundo entendimento uníssono neste Superior Tribunal de Justiça, cabe à parte agravante juntar ao autos de agravo de instrumento a integralidade das peças obrigatórias, previstas no art. 544, § 1º, do Código de Processo Civil, bem como daquelas que são essenciais ao deslinde da controvérsia, sob pena de não conhecimento do recurso. 3. In casu a primeira página do acórdão proferido nos embargos de declaração (fl. 290) opostos na origem, peça imprescindível para a análise da alegada violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil, encontra-se ilegível (certidão de fl. 390). Considera-se, portanto, incompleta a petição do agravo de instrumento. Incidente, pois, a Súmula 288/STF. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no Ag: 1289130 SP 2010/0047312-0, Relator: Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), Data de Julgamento: 22/02/2011, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/02/2011).*

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEGRALIDADE DA CÓPIA DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA. ALEGADO ERRO DO TRIBUNAL ESTADUAL. RESPONSABILIDADE DA PARTE NA FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO.**  
*1. Verifica-se que o o agravo de instrumento não foi instruído nos termos do exigido pelo artigo 544, § 1º, do Código de Processo Civil, posto que a decisão agravada não foi juntada em sua integralidade porque ausente a folha nº 2 da decisão ora combatida. 2. A alegação de erro supostamente cometido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul não elide a responsabilidade do advogado de formar corretamente o recurso a ser interposto, com a cópia integral das peças essenciais à compreensão da controvérsia. 3. Agravo Regimental a que se nega provimento (STJ - AgRg no Ag: 1008778 RS 2008/0022187-7, Relator: Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF, Data de Julgamento: 02/09/2008, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 29/09/2008)" (fls. 755/757).*

Ademais, friso que a correta formação do instrumento é dever da parte. Não é a toa que o artigo 544 do Código de Processo Civil elenca as peças



Poder Judiciário  
Estado de Pernambuco  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. José Fernandes de Lemos

---

obrigatórias que deve instruir a peça de Agravo de Instrumento, quando o faz, faz com o propósito de dirimir possíveis dúvidas que possam surgir na análise do recurso, como, por exemplo, os exatos termos da decisão que se pretende impugnar, por isso essencial a juntada da cópia da decisão que se pretende combater. Não obstante, a juntada de mais de uma decisão aos autos, só confunde o julgador, pois, tal atitude não delimita o campo da impugnação, tornando impossível a atuação deste.

Com essas considerações, não resiste qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão monocrática tomada por esta Relatoria. Voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de agravo.

É como voto.